

**Michael Fox**

Historiador, Mestre em Administração de Arquivos.  
Vice-diretor de Programas na Minnesota Historical Society, membro do  
Comitê de Catalogação da Library of Congress, do Subcomitê de Normas  
Técnicas da Society of American Archivists, do Grupo de Trabalho sobre EAD  
e do Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos.

# Por que Precisamos de Normas

A ambivalência do conceito de normalização. Padronização do trabalho do arquivista. Benefícios da normalização na produção de instrumentos de pesquisa. Razões para normalização arquivística. Os arquivos como bem público. O pesquisador virtual e suas necessidades de informação junto a arquivos, bibliotecas e museus. Acesso simultâneo à informação sobre o acervo de múltiplos arquivos. Importância da consistência do conteúdo informacional. Facilidades de pesquisa decorrentes da obediência aos mesmos protocolos.

Aplicação de normas nacionais e internacionais:  
ISAD(G), ISAAR(CPF), Noprade, EAD, EAC, EAG.

*Palavras-chave: normalização em arquivos;  
normas de descrição; descrição arquivística;  
instrumentos de pesquisa.*



The standardization concept's ambivalence. The archivist's work standardization. The standardization benefits to the creation of finding aids. Reasons for archival standardization. Archives as a public good. The virtual researcher and his information needs in

relation to archives, libraries and museums. Simultaneous access to information about the holdings of multiples archives. Importance of consistency in the informational content. Research easiness generated by archives following the same protocols. Application of national and international standards: ISAD(G), ISAAR(CPF), Noprade, EAD, EAC, EAG.

*Keywords: archival standardization; description standards; archival description; finding aids.*

**P**ara começar, devo admitir uma certa ambivalência sobre o conceito de normalização. Essa declaração pode parecer estranha vindo de alguém cuja carreira profissional foi

passada no mundo das normas para arquivos e bibliotecas. Nossa economia globalizada está criando uma homogeneização cultural que é, na melhor das hipóteses, uma meia benção. Mas,



em muitos outros aspectos da vida, eu aprecio os benefícios que as normas trazem. Eu conto com as convenções técnicas e lingüísticas internacionais que tornam possível ao piloto do avião, no qual eu estou voando, comunicar-se em todos os lugares do mundo com a equipe de solo que nos guia com segurança ao nosso destino. Isso é uma boa coisa. E aprecio particularmente as normas que facilitam nossa vida cotidiana. Muitas delas são tão básicas que dificilmente pensamos nelas. Considere, por exemplo, as normas sobre plugues e tomadas elétricas que nos possibilitam usar nossos aparelhos elétricos. Essas normas são práticas, úteis e culturalmente neutras.

Como arquivistas, também precisamos alcançar uma maior normalização em nosso trabalho, da mesma forma que as companhias de energia e os fabricantes de aparelhos domésticos o fizeram, e por muitas das mesmas razões. Eles aprenderam, há muito tempo atrás, que serviriam mais clientes, de forma mais eficiente, se concordassem em padronizar pequenos, porém importantes detalhes de seus produtos, o que hoje em dia tomamos como natural, tal qual o formato e espaçamento uniforme dos pinos de um plugue elétrico. Nós, arquivistas, precisamos fazer o mesmo, de modo a melhor servir nossos clientes.

Por exemplo, os pesquisadores claramente se beneficiariam com a maior consistência que a normalização traria para a produção de instrumentos de pesquisa, e todas as várias ferramentas que os ajudam a descobrir que documentos nós guardamos. A normalização que melhora o acesso intelectual a nossas coleções é análoga à normalização do equipamento elétrico, exceto que ela permite ao usuário acessar uma rede nacional e internacional ao invés da rede que distribui eletricidade. Há muitas razões para a normalização arquivística.

O mundo da pesquisa histórica, da busca por informação em geral, é muito diferente hoje de quando eu comecei como arquivista há trinta e cinco anos atrás. Nada teve um impacto maior naquele processo do que o surgimento de tecnologias eletrônicas nas quais os pesquisadores vieram a confiar. Elas afetam os usuários de dois modos. Primeiro, os pesquisadores confiam no uso pelo arquivista de tecnologias como a web e a digitalização de documentos para fornecer-lhes informação. Por sua vez, eles usam outras tecnologias, tais como processadores de texto, base de dados, manipulação de dados e programas de apresentação, publicação eletrônica e ambientes de preservação e



distribuição de dados, para produzir, usar e gerenciar a informação que eles adquirem em nossos arquivos. E nós fazemos o mesmo dentro de nossas instituições. Precisamos reconhecer essas mudanças e nos adaptar para lidar com elas.

A maior parte dos arquivos opera como um bem público, como um serviço à sociedade, ao invés de empreendimentos com fins lucrativos. Se formos justificar o patrocínio público para nosso trabalho, devemos continuamente demonstrar àqueles que financiam nossas atividades – governo, entidades privadas e o público – que nós oferecemos um serviço valioso. Não há evidência mais convincente de nosso valor do que o fato de oferecermos a todos pronto e útil acesso ao acervo que acumulamos e preservamos. A missão declarada do *National Archives and Records Administration* (NARA), dos Estados Unidos da América, é “pronto acesso à informação essencial”. Nós temos informação essencial. Precisamos é realizar um trabalho melhor na parte do pronto acesso.

Em nosso trabalho, precisamos agora lidar com um pesquisador ou uma pesquisadora nova, virtual. Ela<sup>1</sup> não está mais

satisfeita em visitar cada uma de nossas salas de consulta separadamente, em dominar nossos sistemas individualizados de instrumentos de pesquisa e em concentrar-se na pesquisa de caixas de papel ou de microfilmes. Ela tem novas e sofisticadas expectativas. Espera encontrar instrumentos de pesquisa de instituições do mundo todo, agrupados de modo a poder pesquisá-los simultaneamente. Ela quer acesso aos dados de múltiplas perspectivas, por período cronológico, lugar, assunto, assim como por proveniência. Quer uma apresentação consistente. Quer descobrir recursos que atendam às suas necessidades de informação em cada instituição que preserva a memória cultural: bibliotecas e museus, assim como arquivos. Finalmente, com suas expectativas alimentadas por outras experiências na web, ela espera por mais que metadados. Ela prefere ver os próprios documentos on-line.

Seu objetivo, e ele deve ser o nosso também, é nada menos que o acesso simultâneo à informação sobre o acervo de múltiplos arquivos, apresentados e indexados consistentemente, de modo a maximizar a eficiência e efetividade do processo de pesquisa.

Cada vez mais, nós oferecemos alguma forma de acesso pela rede a nossas co-

leções. Mas, até mesmo nos ambientes mais sofisticados tecnicamente, os pesquisadores ainda precisam navegar por múltiplos sítios web, onde encontram localmente sistemas específicos de instrumentos de pesquisa. Habitualmente, cada sítio tem sua própria interface. Raramente oferecemos mais do que breves metadados. Todos nós queremos guiar o pesquisador da melhor forma possível, mas é um grande desserviço aos nossos usuários quando cada instituição insiste em inventar a roda, produzindo seu próprio e específico conteúdo, exibição e indexação de seu acervo.

Ao fazê-lo, nós criamos múltiplos problemas para o pesquisador. Primeiro, causamos confusão. Quando cada arquivo decide, individualmente, quais elementos de informação serão usados para descrever seu acervo, como o conteúdo de cada elemento de informação será expresso e a seqüência na qual a informação é organizada e apresentada ao usuário, nossos instrumentos de pesquisa tornam-se torres de Babel para os pesquisadores. No nível mais básico, os pesquisadores podem achar difícil interpretar a informação que lhes está sendo fornecida. Isto é particularmente um problema para aqueles que são neófitos em arquivos. Alguns argüirão que é responsabilidade deles aprenderem nossos métodos. Francamente, eu tenho pouca paciência com essa resposta. Nenhum negócio sobreviveria com tal atitude. Arquivos também não.

Considere, a título de um exemplo alternativo, como as práticas normalizadas de

descrição nas bibliotecas produzem e apresentam informação em um formato que é amplamente reconhecido e compreendido, até mesmo internacionalmente. Porque a estrutura, organização e conteúdo dos catálogos de bibliotecas são consistentes e bem conhecidos, é relativamente fácil para o pesquisador usá-los de biblioteca em biblioteca. Eu me recorde de entrar em uma biblioteca de uma pequena universidade no norte da Itália, ir até o catálogo de fichas, e abrir uma gaveta. Compreendo muito pouco italiano, mas, se forçado, poderia ter produzido uma referência para qualquer livro descrito no catálogo e, provavelmente, poderia pedir com sucesso ao bibliotecário que o trouxesse, caso eu assim desejasse.

Não se pode enfatizar em demasia a importância do papel que a consistência no conteúdo e a apresentação exercem para garantir aos pesquisadores todos os níveis de capacidade de compreensão da informação para usarem um catálogo de biblioteca com sucesso. Não apenas facilitam a comparação dos dados sobre diferentes livros na biblioteca, mas permitem que a pessoa se ajuste rapidamente à catalogação realizada por diferentes bibliotecas. Falando claramente, a habilidade do usuário de compreender a natureza dos dados que lhes são apresentados é um importante fator para encorajar seu uso. Nós todos ficamos mais confortáveis em situações familiares. Inversamente, quando os dados apresentados não estão em uma forma que é bem compreendida, o usuário é, com freqüência,

desencorajado de continuar a usá-los. Essa resposta é verdadeira em todos os ambientes de informação.

O segundo problema que a inconsistência da descrição cria para os usuários é que ela torna a pesquisa mais difícil. Quando os nomes de pessoas, lugares, organizações e assuntos são registrados e indexados diferentemente de arquivo para arquivo, como podem os usuários esperar localizar materiais relacionados em instituições diferentes? Um dos mais significativos desenvolvimentos na descrição nos últimos 25 anos nos Estados Unidos foi a ampliação do uso da mesma terminologia por virtualmente todos os arquivistas, assim como já o faziam nossos colegas bibliotecários, ao atribuírem entradas para pessoas, organizações, lugares e assuntos que servem como pontos de acesso para nossas coleções. Não é que haja algo inerentemente maravilhoso em qualquer terminologia. Pode-se facilmente enumerar os problemas de múltiplas entradas autorizadas e tesouros que usamos para indexar nossas descrições – o *Anglo-American cataloguing rules*,<sup>2</sup> o *Library of Congress subject headings*<sup>3</sup> e outros. Problemas semelhantes são, sem dúvida, igualmente verdadeiros para normas similares em outros países. Mas o valor que é gerado quando todos as estão aplicando consistentemente, sobre várias coleções e arquivos, é enorme.

Na amplitude que os usuários conhecem e estão familiarizados com essas terminologias em outras instituições de pesquisa, os arquivos se tornam mais fa-

miliares, menos idiossincráticos e mais confortáveis para serem usados. Tal consistência, de arquivo para arquivo, torna-se ainda mais importante quando criamos catálogos e bases de dados unificadas de instrumentos de pesquisa de múltiplas instituições, que oferecem à nossa pesquisadora virtual o amplo acesso que ela deseja. Foi dito que até mesmo o pior sistema de controle intelectual para nossas coleções, se consistentemente aplicado, serviria melhor aos pesquisadores do que o uso de muitas soluções “melhores”, porém diferentes. A normalização não atenderá completamente às necessidades díspares dos diferentes usuários, mas eles acharão a pesquisa muito mais fácil se os arquivos estiverem todos seguindo os mesmos protocolos, ao invés de terem que se adaptar a uma miríade de variações locais.

Há vários outros aspectos problemáticos na indexação, além do uso de vocabulários normalizados. Harmonizar os conceitos que usamos para descrever nosso acervo com a terminologia e os mapas mentais de nossos usuários é o problema mais complexo que um indexador enfrenta. Infelizmente, nos falta evidência empírica suficiente sobre como os pesquisadores abordam o acervo para saber cientificamente como devemos fazer isso. É claro que a maioria de nós pensa que sabe o que nossos usuários precisam ou, ao menos, o que eles deveriam querer, se pensassem sobre documentos de arquivo da “maneira cer-



ta”, isto é, como nós arquivistas pensamos sobre eles. Muito frequentemente, decisões sobre a indexação de dados e sua exibição parecem ser baseadas na premissa de que os arquivistas sabem o que é melhor para o usuário, ao invés de se perguntar a ele. Essa abordagem resulta no uso de técnicas não testadas e inconsistentes para a preparação de instrumentos de pesquisa.

Se pretendermos atingir o objetivo de integrar os metadados de múltiplas instituições, precisaremos também de uma arquitetura de informação – normas, estruturas e sistemas de dados – que facilite prontamente o processo. Se cada instituição arquivística fizer sua descrição de forma diferente e armazená-la eletronicamente em sistemas diferentes e incompatíveis, não será possível consolidar os dados de maneira fácil e econômica. Tais incompatibilidades existem de duas formas: no nível da informação, quando o conteúdo e a estrutura da descrição dos documentos variam de instituição para instituição, e no nível técnico, quando os sistemas de computadores e suas aplicações usam tecnologias diferentes e incompatíveis que dificultam, se não impossibilitam, a troca de dados. A solução para o primeiro pro-

blema é a aplicação de normas nacionais e internacionais para a estrutura e o conteúdo da informação arquivística. Do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), temos a Norma geral internacional de descrição arquivística – ISAD(G)<sup>4</sup> e a Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias – ISAAR(CPF).<sup>5</sup> Os arquivistas no Brasil são afortunados por terem a Nobrade: Norma brasileira de descrição arquivística.<sup>6</sup> À medida que essas normas forem aplicadas aos sistemas de informação, as descrições tornar-se-ão mais consistentes de instituição em instituição e, portanto, abertas à indexação, pesquisa e exibição para os usuários. O segundo problema é tratado por um conjunto de normas que emergiram no mundo da XML (*Extensible Markup Language*), uma pedra de roseta da informática que torna possível gerenciar (armazenar, indexar, transportar e apresentar) dados de ambientes computacionais díspares, com diferentes programas e equipamentos cujas naturezas patenteadas previamente faziam o intercâmbio de dados ser difícil e/ou caro. Para arquivos, nós temos normas tais como: *Encoded Archival Description*<sup>7</sup> (EAD), *Encoded Archival Context*<sup>8</sup> (EAC), e *Encoded Archival Guides*<sup>9</sup> (EAG), que são aceitas



internacionalmente como protocolos para se intercambiar eficientemente dados sobre documentos, produtores de documentos e instituições arquivísticas.

Há um outro importante argumento para a normalização: ela torna nosso trabalho mais eficiente. Muitos arquivistas, sem dúvida, acreditam que normas criam mais trabalho para nós e, portanto, são mais caras de se implementar do que as práticas locais correntes. Admito que há um custo inicial de tempo para a equipe para aprender as normas e começar a aplicá-las. Entretanto, é minha experiência que uma vez que o arquivista entenda e comece a aplicar as normas, na verdade elas agilizam seu trabalho. Sem normas, sempre surgem dúvidas sobre como resolver questões específicas que aparecem cada vez que um arquivista se depara com um diferente conjunto de documentos. Sem diretrizes, gastamos um tempo improdutivo pesando os vários argumentos: a favor e contra cada possível curso da ação. Com as normas estabelecidas, aquelas reuniões, freqüentemente intermináveis, são evitadas. Já temos as respostas e podemos avançar para a próxima tarefa. É claro, o segredo do sucesso é produzir normas simples e básicas. Todos nós conhecemos colegas que gostam de produzir re-

gras elaboradas para tudo. Deve-se resistir a essas tendências, em favor de diretrizes simples. As necessidades dos usuários podem ser bem atendidas, se nós formos consistentes, em apenas umas poucas formas básicas.

O terceiro argumento a favor das normas não é relativo aos usuários, mas sim ao nosso trabalho como arquivistas. Entre os marcos de uma profissão está sua adesão às normas aceitas. Isso é verdade na medicina, no direito, e nas profissões técnicas como a engenharia. Pela adesão às expectativas de nossos colegas e clientes, como codificado em normas amplamente aceitas, demonstramos que somos uma profissão com conhecimento e capacidade que precisa ser respeitada e consultada em assuntos relacionados às nossas áreas de competência. Eu vi evidências disso em primeira mão, quando os arquivistas nos Estados Unidos adotaram várias normas e diretrizes nas áreas de aquisição, descrição, conservação, ética e referência ao longo dos anos. Como uma maré montante, as normas tendem a levantar todas as embarcações. Seu impacto foi particularmente sentido no trabalho dos pequenos arquivos com um número limitado de pessoal. As normas tornaram-se uma ferramenta de instrução para muitos que entram na profissão pela "por-



ta de trás”, isto é, com menos que uma completa educação formal em arquivologia. Além do mais, normas podem servir como úteis indicadores para se julgar as qualificações relativas de candidatos a emprego por empregadores que podem não ser arquivistas. A profissão e o pesquisador se beneficiam quando todos que realizam o importante trabalho do arquivista têm um domínio das normas e práticas básicas necessárias para se pre-

servar com sucesso e tornar acessíveis os recursos que nos são confiados.

Normalização é sobre consistência, não uniformidade. É sempre um desafio responder às necessidades de nossos clientes, mas nosso trabalho deve servi-los como eles desejam ser servidos.

**Do original inédito *Why we need Standards*. Traduzido por Maria Elisa Bustamante.**

## N O T A S

1. Nota da tradutora: A escolha do pronome feminino por parte do autor reflete sua decisão de evitar que a uma figura impessoal fosse dado automaticamente o gênero masculino.
2. ANGLO-AMERICAN cataloguing rules. 2. ed. rev. Chicago: American Library Association (ALA) / Canadian Library Association (CLA) / Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP), 2005.
3. LIBRARY OF CONGRESS. *Library of Congress subject headings*. 30. ed. Washington: Library of Congress, 2007.
4. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G)*: norma geral internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
5. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAAR(CPF)*: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.
6. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Nobrades*: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
7. Nota da tradutora: Descrição Arquivística Codificada.
8. Nota da tradutora: Contexto Arquivístico Codificado.
9. Nota da tradutora: Guias Arquivísticos Codificados.